

## • Política

### LEGISLATIVO

# Deputados e senadores garantem recesso branco até o próximo dia 21

por Marta Solomon  
de Brasília

Deputados e senadores estão oficialmente dispensados da presença em Brasília até o dia 21. Até lá, não haverá votações nem contagem de faltas, segundo acordo dos líderes dos partidos com a direção da Câmara e do Senado.

No Senado, o regimento interno já prevê o "recesso branco", em que ocorre a dispensa dos parlamentares.

O artigo 174 autoriza a dispensa "em casos excepcionais e nos sessenta dias que antecedem as eleições". Apenas 25 dos 75 senadores encerram seus mandatos nesse ano, mas todos eles estão envolvidos na campanha eleitoral, explicou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), um dos raros presentes ontem ao plenário.

Sem conseguir votar qualquer projeto desde a volta do recesso de julho, a Câmara decidiu oficializar, desde ontem, o seu recesso. Até a próxima terça-feira, nenhum projeto será incluído na chamada "ordem do dia". E sem projetos na pauta, também não há desconto das faltas dos deputados.

Cada falta deveria valer menos Cr\$ 20 mil nos contracheques.

O recesso dos deputados não tem amparo no regimento da Câmara, que determina o desconto de um trinta avos do salário do parlamentar que faltar às sessões. Ontem, não havia o número mínimo de cinquenta deputados na Casa para que a sessão fosse aberta e até os discursos foram suspensos.

Regimental ou não, o recesso da Câmara e do Senado faz com que os parlamentares faltosos escapem da pesada pena imposta pela Constituição. O artigo 55 determina a cassação do mandato do deputado ou senador que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias.

### PENDÊNCIA

As expectativas ficam adiadas para o próximo "esforço concentrado" marcado para o dia 21. A pauta de projetos pendentes da Câmara inclui matérias polêmicas, como as penas para a cobrança de juros acima de 12% ao ano e os limites para o uso de medidas provisórias, além do projeto que estabelece o regime jurídico único para os servidores. É a pauta do Congresso, porém, que mais chances reúne para interromper o recesso eleitoral: nela está o veto à política de reindexação dos salários.